

Oficina de
CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

Apostila
AUDIODESCRIÇÃO

CLAUDIA SCHEER
2020/21



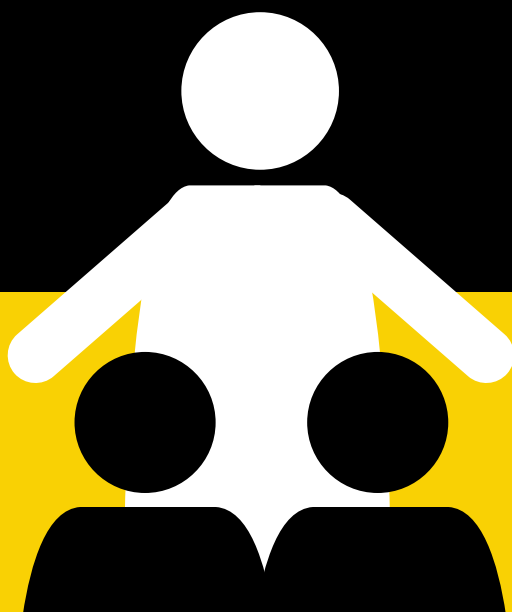
**FUNDAÇÃO
DORINA
NOWILL
PARA CEGOS**



condeca
Conselho Estadual dos Direitos
da Criança e do Adolescente



| Secretaria de Desenvolvimento Social



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
AUDIODESCRIÇÃO.....	7
PANORAMA DA AUDIODESCRIÇÃO.....	8
FORMAS DE APRESENTAÇÃO.....	14
TÉCNICAS DE DESCRIÇÃO.....	16
EXERCÍCIOS.....	20
DIRETRIZES PARA CONSTRUÇÃO DE ROTEIRO DE AUDIOVISUAL.....	23
PRODUÇÃO DE LIVROS DIGITAIS NO BRASIL.....	26
DESCRIÇÕES PARA ATIVIDADES DIDÁTICAS EM SALA DE AULA.....	28
SETE DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE.....	30
PROFISSÃO.....	32
ANEXO - LINKS PARA CONSULTAS.....	33
REFERÊNCIAS.....	36

Coordenação Técnica

Eliana Cunha Lima

Coordenação Editorial

Rafaela Santos

Bárbara Carvalho

Revisão de texto

Ana Lucia Sesso

João Vitor de Andrade

Luiz Marine José do Nascimento

Lucas Fogaça

Fotos

Acervo da Fundação Dorina

Karlis Smits

Leide Libório

Móbile Estúdio

Ora Bolas Estúdio Fotográfico



APRESENTAÇÃO

Para começar nossa conversa, é muito importante conhecermos quem é a pessoa com deficiência visual. No imaginário das pessoas, muitas vezes o cego é percebido como alguém que vive na escuridão, que precisa de ajuda ou até que tem poderes especiais por desenvolver um sexto sentido, uma “visão diferente”. Esses conceitos nos fazem imaginar muitas situações sobre a pessoa com deficiência visual, inclusive sobre como essa pessoa se desenvolve ou tem acesso à informação.

Segundo o último censo do IBGE, realizado em 2010, no Brasil, 23,9% da população possui algum tipo de deficiência. Em números absolutos, estima-se que 45 milhões de pessoas fazem parte deste grupo. Em relação a deficiência visual, o IBGE relevou que em torno de 6 milhões e meio de pessoas são cegas ou possuem baixa visão, de acordo com as informações do gráfico abaixo, distribuídas por região brasileira.

- 528.624 pessoas são incapazes de enxergar, sendo consideradas legalmente pessoas com cegueira (cegos);
- 6.056.654 pessoas possuem baixa visão ou visão subnormal (grande e permanente dificuldade de enxergar);

Pessoas com deficiência visual por região	Total	% população local
Norte	574.823	3,6
Nordeste	2.192.455	4,1
Sudeste	2.508.587	3,1
Sul	866.086	3,2
Centro-Oeste	443.327	3,2

A deficiência visual é um comprometimento do funcionamento visual em ambos os olhos que não pode ser corrigido ou sanado com o auxílio de óculos convencionais, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas. Esse comprometimento pode ser causado por enfermidades, traumatismos ou disfunções do sistema visual que implicam na diminuição da acuidade visual, dificuldade para enxergar para perto e para longe, campo visual reduzido, alteração na identificação de contrastes, na percepção de cores, entre outras.

De uma maneira bem sucinta, pode-se dividir as pessoas com deficiência visual em dois grandes grupos. Essas duas categorias, tomando como base o conceito educacional de deficiência visual, são:

1. Pessoa com visão subnormal ou baixa visão: É aquela com uma deficiência visual parcial, isto é, que possui resíduos visuais em níveis que lhe possibilitam ler textos impressos com tipos ampliados ou com recursos especiais. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), 70% das pessoas com deficiência visual apresentam alguma visão residual aproveitável.

2. Pessoa com cegueira: É aquela que tem uma perda total ou um resíduo mínimo de visão, o que a leva a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita, principalmente para os casos de incidência de cegueira congênita. A pessoa cega não apresenta resíduo visual aproveitável.

Em ambos os casos, para a realização de atividades como leitura de textos impressos ou digitais, por exemplo, é necessário o uso de recursos de acessibilidade e materiais adaptados.

Segundo dados do World Report on Disability 2010 a cada 5 segundos, 1 pessoa se torna cega no mundo. Além disso, do total de casos de cegueira, 90% ocorrem nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. Estima-se que, em 2020 o número de pessoas com deficiência visual no mundo seja o dobro do apontado em 2010.



Existem vários fatores a serem considerados para entender melhor a pessoa com deficiência visual.

Época de incidência da deficiência visual

É importante saber em qual momento a deficiência visual teve início. Ela pode acontecer no útero materno (má-formação, por exemplo), logo ao nascer, durante os primeiros meses de vida, na infância ou na vida adulta. A época de incidência da deficiência visual nos revela a forma como o indivíduo construiu suas vivências e percepções de mundo. Uma criança que nasce cega vai se constituir levando em conta essa condição de vida e vai desenvolver suas habilidades e competências tendo em vista uma série de variáveis, como o contexto em que vive, os estímulos que recebe etc. Já uma pessoa que perde a visão na fase adulta tem experiências completamente diferentes. No que concerne à leitura, por exemplo, essa pessoa sempre leu usando a visão. Com a instalação da deficiência visual, o acesso à leitura e à informação vai acontecer de forma diferente.

Tipo de doença que causou a deficiência visual

Existem várias doenças/quadros oftalmológicos que levam à deficiência visual, como o glaucoma, a retinose pigmentar, entre outras. Dependendo do tipo de afecção ou, há como consequência diferentes tipos de problemas visuais. Certos casos acarretam perdas progressivas ou graduais da visão, outros levam a perdas súbitas (por exemplo, acidentes), além de doenças como o diabetes que, dependendo de sua gravidade, pode levar a uma perda severa da visão, chamada retinopatia diabética.

¹ Nesse caso, em específico, nos baseamos na coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar", Fasc. 3 – Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira, publicada pelo MEC/SEESP, 2010.

Recursos do ambiente e oportunidades de desenvolvimento

O contexto no qual está inserida a pessoa com deficiência é fundamental para seu desenvolvimento e enfrentamento da situação. O incentivo à participação e à atividade dessas pessoas na sociedade é essencial e é necessário considerar a oferta de produtos e tecnologias que facilitem sua inclusão social. Para citar casos cotidianos, é possível usar normalmente um computador, desde que haja instalado software que faça a leitura de tela, e livros acessíveis são recursos fundamentais para o acesso à informação. Um ambiente que provê acessibilidade às pessoas com deficiência elimina barreiras de convivência e oportuniza a participação social.

AUDIODESCRIÇÃO

A audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que traduz imagens em palavras. É direcionado ao público com deficiência visual, mas pode beneficiar também outros públicos, como pessoas com outras deficiências e idosos.

A AD, como é usualmente conhecida pelos produtores e usuários, amplia o acesso e permite a compreensão de conteúdos audiovisuais ou de imagens estáticas diversas e pode ser utilizada em produtos e serviços culturais, educacionais e de entretenimento. A disponibilidade do recurso pode ser feita mixada ao áudio original em filmes, distribuída em fones receptores em teatros, acessada por meio de texto pelos softwares leitores de tela, adicionada em livros digitais, disponibilizada em audioguias e em outros formatos.



Nas palavras de Vieira e Lima (2010):

[...] Todo trabalho de tradução exige disciplina mental, paciência, raciocínio e sensibilidade para se compreender como o outro compreende. Isto não é diferente no caso da audiodescrição, pois ela requer uma exegese da audiência, no sentido da compreensão de como as audiências receptoras reagirão às diferentes possibilidades de construção dos discursos descritivos. Assim, a audiodescrição não pode ser empreendida sem um cauteloso planejamento do que é necessário ser veiculado, do que vai, não vai e como vai ser dito, num trabalho de alta seletividade, principalmente sabendo que será necessário lidar com freqüentes restrições de tempo, no caso das exposições de imagens dinâmicas ou restrições de espaço, no caso das imagens estáticas, e.g., descrições presentes nos livros didáticos e outras, uma vez que, em todos os casos, se poderá estar diante de abundantes informações visuais. Sob essa égide, nenhuma outra pessoa será melhor em preencher tais requisitos técnicos e científicos que não o profissional para tal treinado e habilitado: o audiodescritor.

PANORAMA DA AUDIODESCRIÇÃO

História da audiodescrição

1972 – Audioguia do Stedelijk Museum em Amsterdam, Holanda;

1975 – Trabalho de pós-graduação sobre audiodescrição, por Gregory Frazier, da Universidade de São Francisco, nos Estados Unidos;

1981 – Cody Pfanstiehl (Audio, 2010) inicia serviço de audiodescrição para peças de teatro, no Arena Stage Theater, em Washington D.C, EUA. O serviço se expandiu gradativamente nos Estados Unidos, no Japão e na Espanha;

1989 – O Festival de Cinema de Cannes divulga algumas obras com audiodescrição;

1992 – Projeto Audetel, iniciativa do Royal National Institute for the Blind para pesquisar requisitos técnicos de audiodescrição no Reino Unido.

1993 – A ONCE (Organización Nacional de Ciegos Españoles) inicia um programa de pesquisa e desenvolvimento de audiodescrição que culminou na publicação da norma intitulada Audiodescripción para personas con discapacidad visual;

1994 – A audiodescrição chega à televisão do Reino Unido;

Décadas de 1990 e 2000 – Audioguias de museus americanos e europeus.

Atualmente os principais países que investem na audiodescrição na televisão, no cinema e teatro são Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Estados Unidos e Uruguai.

A audiodescrição no Brasil

1995 – Exposições de Arte: Monet – MASP e XXIII Bienal de Artes de SP;

2003 – Estreia da audiodescrição no Festival Internacional de Cinema “Assim Vivemos”;

2004 – Criação do grupo de pesquisa Tradução e Mídia e Audiodescrição, por Eliana Franco, na UFBA (Universidade Federal da Bahia);



2005 – Lançamento do filme “Irmãos de Fé” com audiodescrição, por Fundação Dorina / Diler & Associados;

2007 – O Teatro Vivo, em São Paulo, estreia em março “O Andaime”, a primeira peça comercial com audiodescrição, por Livia Mota;

2009 – Audioguia do Museu de Zoologia da USP, por Museus Acessíveis;

2009 – Audioguia da Galeria Tátil da Pinacoteca do Estado de São Paulo, por Amanda Tojal;

2009 – Teatro Amazonas é o palco de teatro público da primeira ópera com audiodescrição no país apresentando “Sansão e Dalila”;

2010 – Audioguias das exposições: Roberto Carlos 50 anos de Música, Flávio de Carvalho, Ecológica, Ernesto Neto e Energia! e Museu do Futebol; Festivais de Cinema e Curtas Brasileiros com audiodescrição, SESC e Caixa Cultural, 2010; criação do CEI – Centros de Estudos Inclusivos (Curso de Audiodescrição e Revista Brasileira de Tradução Visual), Grupo de Pesquisa da UFPE / Francisco Lima;

1º de julho de 2011 - As emissoras de televisão com sinal aberto iniciam a exibição de programas com audiodescrição, mas apenas com duas horas semanais obrigatórias;

2014 – Tem início a primeira especialização brasileira em audiodescrição na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

A audiodescrição na legislação brasileira

2000 – Lei de acessibilidade (Lei nº 10.098/00) – “ Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providência.”

2004 – Publicado o Decreto nº 5.296/04, que regulamenta a Lei nº 10.098/00 com a descrição e narração em voz de cenas e imagens em seu Art. 53 como medida técnica. Em seu quarto grupo “barreiras nas comunicações e informações”, as barreiras são conceituadas como: “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação” e que “caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual.”

2005 – ABNT publica norma sobre “Acessibilidade em Comunicação na Televisão”; o Ministério das Comunicações promove consulta pública sobre os requisitos técnicos necessários para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência na programação das TVs abertas brasileiras;

2006 – Ministério das Comunicações publica a Portaria nº 310 e oficializa a Norma Complementar nº 01, que estabelece os recursos de acessibilidade, na programação da televisão, com seu cronograma de implantação;

2008 – Portaria nº 403 suspende o recurso da audiodescrição por 30 dias; Portaria nº 466 restabelece a obrigatoriedade num prazo de 90 dias e, em seguida, com a Portaria nº 661, o Ministério das Comunicações suspende novamente a aplicação da audiodescrição prevista na Portaria nº 310. O assunto vai para os tribunais;

2010 – Criada a Portaria nº 188, que altera a Norma Complementar nº 01. A nova Portaria trata especificamente da audiodescrição e estabelece novo cronograma para a implementação da audiodescrição



junto às empresas de televisão, definindo que, dentro do prazo de 12 meses, a contar de 1º de julho de 2010, no mínimo, duas horas semanais da programação veiculada no horário compreendido entre 6 e 2 horas tenha audiodescrição. O total de programação audiodescrita aumentará gradativamente de duas para um total de 20 horas semanais no prazo de dez anos.

2014 – A Instrução Normativa nº 116, de 18 de dezembro de 2014 traz o texto: Todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela ANCINE deverão contemplar nos seus orçamentos serviços de legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

§ 1º. Entende-se audiodescrição como uma narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão da obra.

§ 2º. Legendagem descritiva corresponde à transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações da obra audiovisual que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão da obra.

§ 3º. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

2015 – LBI – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), entra em vigor em 03 de janeiro de 2015 e representa novo marco neste cenário de luta pela acessibilidade.

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte,

ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível;

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - subtítuloção por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da Libras;

III - audiodescrição.

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.



Art. 73. Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem.

2016 – Publicação da ABNT NBR 16452 – Acessibilidade na Comunicação - Audiodescrição.

2019 – Altera a LBI prorrogando a obrigatoriedade de recursos de acessibilidade em cinemas de janeiro de 2020 para janeiro de 2021.

FORMAS DE APRESENTAÇÃO

A forma de disponibilizar e confeccionar os roteiros de audiodescrição pode ser dividida em três tipos: pré-gravada, ao vivo e simultânea.

AD pré-gravada

A audiodescrição pré-gravada exige necessariamente um roteiro de descrição detalhado para que seja gravada e mixada em áudio ou veiculada em texto acessível, sendo disponibilizada em um produto que passa a contar permanentemente com o recurso da audiodescrição. Este caso é comum em inúmeros produtos, como: audioguias de museus; filmes e DVDs; comerciais e vídeos; em imagens estáticas, ou seja, imagens contidas em publicações (livros, revistas, álbum, fotografias, gibis, textos, apostilas, manuais), as descrições são escritas e adicionadas a formatos acessíveis, como DAISY ou EPUB. Também é possível encontrar a audiodescrição pré-gravada em imagens inseridas em sites, blogs, e-mails e portais.

AD ao vivo

A audiodescrição ao vivo também é confeccionada com um roteiro prévio das descrições detalhadas sempre com marcação de tempos e indicações ao locutor-audiodescritor. Porém, é realizada somente no momento da exibição do produto e acessada para os presentes em dada apresentação. É sempre dinâmica e única devido à locução do roteiro ser concomitante com a apresentação do produto em determinado, espaço, tempo e contexto.

Por essa peculiaridade mais dinâmica, é necessário que o locutor seja também um audiodescritor. Esse formato é usado em espetáculos culturais, como: festivais de cinema, peças de teatro, óperas, espetáculos de dança, concertos, circo e outros. Apesar de o roteiro também ser minucioso e preciso, a audiodescrição pode sofrer alguns improvisos por mudanças visuais identificadas pelo audiodescritor, que deve estar atento à exibição e ao ambiente.

AD simultânea

A audiodescrição simultânea não prevê um roteiro de todo acontecimento e também ocorre ao vivo, dispondo apenas de informações prévias que podem ser fornecidas no início do evento (pré-roteiro). Portanto, não é possível prever o que será falado ou mostrado, como por exemplo: programas de TV, noticiários ao vivo, eventos comemorativos (desfile de modas, desfile de escola de samba, casamento, premiações), congressos, seminários e encontros. Esse tipo de audiodescrição requer muito preparo e dinamismo imediato, pois se concretiza junto com o evento e devem ser descritas imagens e acontecimentos inéditos em tempo hábil para o público com deficiência visual.



TÉCNICAS GERAIS DE DESCRIÇÃO

Pesquise

Para iniciar a sua descrição e fazê-la de forma mais assertiva possível, deve-se primeiramente conhecer bem o contexto ao qual a imagem está inserida.

Além de conhecer e observar atentamente aquilo que irá descrever, a pesquisa inicial é primordial para o trabalho do descritor. Estas informações serão necessárias para dar a base da sua descrição, influenciarão no uso de linguagem apropriada, nas escolhas tradutórias e noção do que será priorizado dos elementos descritos.

Descreva o que você vê

Deve-se estar atento em descrever somente informações que determinam a imagem visual e suas características imagéticas e não considerar sua compreensão ou interpretação da imagem.

Os aspectos considerados devem estar sempre em função do visual, do que se pode ver, da forma como se apresentam na imagem e não o que representam nela, na interpretação pessoal. Portanto, o que se vê são aparências e ações; e não motivações ou intenções. Deve-se permitir que o público forme suas próprias opiniões e conclusões.

Não edite, interprete, explique ou ajude a entender.

Organize sua descrição

Ao apresentar uma descrição, lembre-se de que a compreensão da pessoa com deficiência visual sobre o conteúdo a ser informado depende diretamente da imagem descrita, do seu roteiro. Dessa forma, você deve assegurar que os elementos informados estão constituindo o objeto.

Para isso, é importante iniciar com indicações que deem uma noção do todo, do geral (o que é) e depois caracterizar os elementos particulares desse objeto (como), da forma como ele se apresenta na imagem.

Quando se deparar com imagens muito complexas ou detalhadas, separe esse conjunto de elementos para que as informações não se confundam. A separação pode ser feita de diversas maneiras, porém indicando sempre a localização (onde), tomando por referência o todo, ou a posição da pessoa com deficiência visual.

A ordem apresentada dos elementos deve ocorrer de forma relevante obedecendo a uma linearidade lógica para ajudar na compreensão da pessoa com deficiência visual, como a ordem de importância dos elementos.

Dê todas as referências

As cores fazem parte da composição da imagem. É importante descrevê-las da forma como se apresentam e suas variáveis na imagem de acordo com o contexto da mesma.

No entanto, é importante analisar o contexto. Há muitos casos em materiais didáticos em que não são necessárias as informações de cores, as ações bastam.

Seja objetivo

Ao descrever deve-se tomar cuidado para que as informações fornecidas sejam concretas e assertivas.

É recomendado usar somente adjetivos e advérbios que não representem julgamento de valor e que sejam de claro entendimento; cuidado para não escolher termos que sejam vagos e sujeitos a interpretações.



Não subestime a capacidade do leitor

Não faça suposições sobre o nível educacional ou cultural do leitor. Acredite que, se o leitor com deficiência visual solicitou o material que está sendo descrito, ele conhece, interessa-se, ou ainda, faz parte do público alvo para o material, da mesma forma que os demais usuários.

Não faça censura prévia do material

Censurar o material é injusto com o leitor e com o conteúdo proposto. Descreva todos os fatos que aparecem na imagem: nudez, sexo, violência, e outros.

Mantenha a consistência da linguagem

A linguagem da descrição deve ser consistente com o conteúdo do material e com o público. Um exemplo são os filmes infantis que devem ser descritos com linguagem apropriada para crianças ou livros didáticos que devem ter linguagem adequada à faixa etária e à proposta pedagógica do material.

O roteiro deve ter coesão, coerência, fluidez, sintaxe objetiva, orações com sentido completo e tempo verbal no presente do indicativo. A melhor dica para que você ofereça um texto descritivo rico é pesquisar o vocabulário adequado ao contexto e usar sinônimos.

Descrição de pessoas

Na descrição de pessoas é recomendável falar sobre gênero, faixa etária, etnia, cor da pele, estatura, compleição física, cabelos, olhos e demais características. Não é necessário falar todas, mas sempre dar as características mais marcantes, seguindo a ordem acima.

As pessoas não veem raça e nacionalidade, elas veem a cor da pele e os traços faciais. Cuidado ao falar sobre a etnia, pois esta não pode definir todo o personagem. A descrição da cor da pele e traços faciais pode ou não ser relevante no contexto, mas se as informações forem relevantes para um personagem, é para todos. Ao descrever a cor da pele evite termos vagos, poéticos, pejorativos ou eufemismos.

Categorize a imagem

O contexto da imagem é de extrema relevância para a pertinência do que você vai descrever. Para facilitar que a pessoa com deficiência visual monte a imagem mentalmente, você pode colaborar categorizando o que você irá descrever logo no início da sua descrição.

- Retrato: imagem de rosto.
- Gráfico: imagem geométrica de representação matemática.
- História em quadrinhos: sequência de quadros que formam uma história.
- Desenho: representação de imagem usando traços.
- Pintura: representação de imagem usando massas de cores.
- Fotografia: registro de uma cena real.
- Capa de revista: composição de imagens com informações verbais.

• Ilustração: desenho que completa um texto.
Lembre-se de enquadrar e localizar os elementos visuais conforme aparecem na imagem.

IMPORTANTE!

Cuidado para não deixar o roteiro cansativo e confuso pelo excesso de detalhamento ou resumido demais. É preciso ter informações relevantes para a compreensão do produto ou evento.



EXERCÍCIOS

1.



2.



3.



DIRETRIZES PARA CONSTRUÇÃO DE ROTEIRO AUDIOVISUAL

Assista antecipadamente ao material com o objetivo de filtrar quais informações deverão ser descritas para o produto acessível à pessoa com deficiência visual. Tais elementos são os elementos-chave da história, como personagens, locais, ações, objetos, fontes sonoras incomuns (aquelas não mencionadas no diálogo nem auditivamente identificáveis pelo espectador), entre outros.

Além das diretrizes já mostradas, seguem algumas específicas para construção de roteiro audiovisual.

Sons

Concentre-se no que for o mais significativo e menos óbvio no diálogo, ou de outra informação de áudio. Descrever tudo é impossível, portanto, descreva o que é essencial no tempo permitido.

Tempo

Descreva elementos essenciais e, então, se o tempo permitir, descreva os demais dados, como detalhes decorativos dos cenários, a aparência física e maneirismos dos personagens, arquitetura, estilo de roupas, tecnologia, cor, iluminação e textura. Este tipo de descrição funciona bem durante pausas longas na ação ou durante mudanças de cenas. A audiodescrição nunca deve completar cada intervalo de fala disponível. Menos é mais. A audiodescrição não é um comentário contínuo. Os espectadores devem ter a chance de ouvir as emoções, tanto nas vozes dos atores, quanto na tensão dos silêncios entre os personagens.



Não entregue a trama

Certifique-se de descrever, o mais sutilmente possível, a aparente insignificância de elementos que a audiência vidente observa sem saber de sua importância posterior.

Áudio original versus audiodescrição

A audiência quer ouvir primeiro a apresentação e depois a descrição; dê prioridade aos sons originais da obra, como diálogos. Esta regra é quebrada apenas quando a confusão por omitir a audiodescrição for maior do que manter a integridade do diálogo. Quando duas pessoas falam ao mesmo tempo, como um ator e um audiodescritor, os ouvintes não conseguem entender nem um nem outro. Se for necessário descrever durante o diálogo, fale audivelmente e com veemência. É possível, contudo, ouvir ao mesmo tempo as palavras cantadas em uma música e as palavras faladas pelo audiodescritor.

Se o som for de segundo plano (por exemplo, um avião passando ao fundo), é permitido descrever sobre ele, presumindo-se que a descrição seja vital.

Não descreva com parágrafos ou sentenças elaboradas. Use frases curtas em lugar de sentenças completas.

Descreva a partir da perspectiva do ouvinte

As surpresas devem, idealmente, vir ao mesmo tempo para todos os membros da audiência. Se as aparências dos personagens ou ações, identidades ocultas, vestimentas, piadas visuais, efeitos sonoros acontecerem como uma surpresa para a audiência vidente, não estrague a experiência dos ouvintes da audiodescrição ao descrever informações antecipadamente. Se a ação que acompanha um efeito sonoro resultar numa reação por parte da audiência, trate isto como

descrever uma “piada visual”. Defina o tempo da descrição de modo a permitir que os ouvintes reajam ao mesmo tempo que a audiência vidente.

Identificando personagens

Certifique-se de descrever as entradas e saídas de cena – personagem e local – especialmente quando não houver sons que indiquem a ação.

Use o nome do personagem apenas quando a audiência já o souber. Quando um personagem desconhecido aparecer, refira-se àquela pessoa por uma característica física usada em sua descrição inicial, até que o nome seja revelado. Uma vez identificado, ligue o nome à descrição física usada e também à voz do personagem (mencionando-o imediatamente antes de ele falar) na primeira oportunidade possível.

Estabeleça e use um nome consistente para cada personagem logo que possível. Isto facilita para o audiodescritor e para os ouvintes.

Dica: Crie uma lista de nomes estabelecidos para cada personagem que sirva de referência durante a descrição. Uma lista de casais em ação juntos pode também ser útil em peças com nomes difíceis.

Tom da audiodescrição

Procure harmonizar a audiodescrição ao ritmo, energia e volume do material. Assim como o audiodescritor não deve assumir um tom “frio” que destoe de uma obra alegre, tampouco é permitido tentar projetar-se para dentro da performance como se fosse um outro artista.

Quando um efeito for repetido, tente descrevê-lo da primeira vez, de modo a permitir uma breve descrição mais adiante.



PRODUÇÃO DE LIVROS DIGITAIS NO BRASIL

Formato DAISY

O livro digital acessível no formato DAISY (Digital Accessible Information System) foi uma das soluções fundamentais para ampliar o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura por parte daqueles que apresentam algum tipo de limitação à leitura, como idosos, disléxicos e pessoas com deficiência.

Adotado pelo Ministério da Educação como um dos formatos de livros do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) entre 2009 e 2017, este tipo de material é reconhecido internacionalmente como um dos mais modernos em acessibilidade de leitura.

O formato DAISY é lido em computador com software leitor de tela, como o MECDAisy (desenvolvido pela UFRJ) e o DDR – Dorina Daisy Reader (criado pela Fundação Dorina Nowill para Cegos), ambos gratuitos. Estes programas permitem grande navegabilidade: recurso de soletração do texto, busca por páginas ou palavras, utilização de marcadores, ativação de notas de rodapé, ampliação de caracteres, navegação por índice, entre outros.

EPUB3

Em 2017, o Ministério da Educação adotou o EPUB3 como formato digital a ser utilizado para produção de seus livros digitais acessíveis, a começar pelo PNLD 2018.

O formato possibilita os mesmos recursos de navegabilidade permitidos pelo DAISY, acrescentando possíveis integrações com áudio e vídeos, links internos e externos, diferentes contrastes, layouts diferenciados, entre muitas outras possibilidades de desenvolvimento.

Nota Técnica nº 21

A primeira normativa para descrição de imagens em livros didáticos foi publicada no Brasil em 2012, validando muitos dos conceitos aplicados desde 2009 pelos produtores de livros digitais acessíveis do país.

Muitos dos itens citados na Nota Técnica nº 21 já foram citados anteriormente: objetividade, imparcialidade nas descrições, informar enquadramento, identificar dados relevantes para as descrições.

Diagram Center

O DIAGRAM Center (cujo nome vem do acrônimo de “Imagem digital e recursos gráficos para materiais acessíveis, em inglês”) é um centro de pesquisa e desenvolvimento cujo objetivo é tornar mais fácil, mais barato e mais rápido criar e usar imagens digitais acessíveis. O projeto é uma iniciativa da empresa Benetech Global Literacy apoiada pelo Departamento de Educação dos EUA. A Benetech, empresa de tecnologia com foco no desenvolvimento de software para bem social, tem como um de seus objetivos o “aumento do número de novos materiais educacionais que nascem acessíveis e prontamente disponíveis para crianças e estudantes com deficiência”. As diretrizes de descrição de imagem foram desenvolvidas pelo Centro Nacional para Mídia Acessível (NCAM) da WGBH Educational Foundation em conjunto com o DIAGRAM Center. O DIAGRAM Center foi indicado como material de consulta para normativa do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a partir da produção para 2018. Ele valida uma série de orientações que se baseiam na objetividade das descrições de imagens de acordo com contextos (se existem exercícios ou não a serem respondidos de acordo com as imagens), se as imagens são



complementares ou meramente ilustrativas. Isso dá mais objetividade ao tipo de conteúdo a ser escrito pelo descritor.

DESCRIÇÕES PARA ATIVIDADES DIDÁTICAS EM SALA DE AULA

Pioneira na produção de descrições para material didático no Brasil, a Fundação Dorina Nowill para Cegos baseia os princípios de descrições de imagem em conhecimento adquirido através das necessidades diretas de pessoas com deficiência visual atendidas na instituição, na Norma Técnica nº 21 e também nas indicações do DIAGRAM Center.

O tipo de cada descrição dependerá do contexto no qual ela está inserida (textos de apoio, legendas, fontes, créditos, exercícios).

Ícones

Devem ser padronizados para não se tornarem cansativos já que geralmente são ilustrativos ou há contextos que os identificam.

As descrições não devem ser extensas e, preferencialmente, devem ser encurtadas na segunda vez em que o ícone aparecer.

Capas de filmes ou revistas

A capa principal do material deve ser descrita com todas as informações textuais.

Em capas inseridas no miolo de outros materiais, seja mais objetivo. Estas imagens costumam aparecer complementando indicações de leituras ou vídeos. O contexto costuma ser suficiente para entendimento.

Páginas de internet ou janelas de programas

Não se deve estender se não for solicitado no contexto. O número excessivo de informações pode tirar a atenção do conteúdo.

Ilustração

Analise a necessidade de citar cores.

Fotografia

Baseie-se nas legendas existentes para escolher o tipo de descrição. Só indique nomes se houver contexto afirmando. Caso contrário, diga apenas “homem” ou “mulher” e indique suas características.

Pintura

Não tente dizer a intenção do autor das obras. Descreva apenas o que vê e use termos comuns.

Gráficos

Indique o título quando houver. Cite as legendas na vertical e na horizontal, sem se estender. Quando não houver dados exatos, faça uma observação sobre dados aproximados.

Faça listas e use dados da legenda de cores sempre que possível. No entanto, informar cores demais em gráficos pode prejudicar a assimilação dos conteúdos.

História em quadrinhos / Tirinhas

Sempre faça um resumo da história. Caracterize os personagens principais e informe a quantidade de quadros no parágrafo inicial.



Esquemas

Seja o mais sucinto possível, principalmente em relação às formas pouco convencionais. Utilize termos mais comuns, como: arredondado, oval, retangular, triangular, entre outras.

Concentre-se no que pode ser visto para descrever a imagem e utilize as cotas para complementar sua descrição.

Mapas

Não foque em cores a menos que exista uma atividade mencionando-as.

Liste os itens sempre que possível.

Cite os elementos principais; não é necessário repetir trópicos e meridiano em todos os mapas, apenas nos que apresentam este conteúdo.

SETE DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE

1. Acessibilidade atitudinal

Diz respeito ao comportamento das pessoas sem preconceitos, estereótipos, stigmas e discriminações. Por exemplo: usar o termo “pessoa com deficiência”, e não “deficiente”; ao falar com uma pessoa com deficiência, dirigir-se diretamente a ela, e não ao seu acompanhante; não tratar a pessoa com deficiência como “coitadinho”.

2. Acessibilidade arquitetônica

É promover a adequação de espaços e a extinção de barreiras físicas e ambientais dentro de residências, espaços públicos e privados, edificações e equipamentos urbanos. Exemplos: rampas, elevadores e banheiros adaptados, calçadas com piso tátil, entre outros.

3. Acessibilidade metodológica

É também conhecida como acessibilidade pedagógica e diz respeito à queda de barreiras nas metodologias de ensino. Por exemplo: quando professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência, como textos em braille ou textos ampliados. É também muito presente em ambientes corporativos, na análise dos postos de trabalho adequados aos profissionais com deficiência.

4. Acessibilidade instrumental

Visa superar barreiras em utensílios, instrumentos e ferramentas de estudo dentro das escolas e também em atividades profissionais, de recreação e lazer. Como por exemplo quando uma pessoa cega tem acesso a um software de leitor de tela no computador.

5. Acessibilidade programática

Está relacionada às normas, leis e regimentos que respeitam e atendem as necessidades das pessoas com deficiência, e se necessário, utilizar adaptações razoáveis para incluir a todos. Um exemplo é a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão (LBI), ou a Convenção da ONU sobre Direitos da Pessoa com Deficiência.

6. Acessibilidade nas comunicações

Diz respeito ao acesso à comunicação interpessoal (como língua de sinais), comunicação escrita em livros, apostilas, jornais, revistas e comunicação virtual. Podemos citar como exemplo a presença de intérprete de Libras e a audiodescrição de imagens, sejam elas fotografias, filmes, peças de teatro ou eventos em geral.



7. Acessibilidade natural

Refere-se à extinção de barreiras da própria natureza. Um cadeirante, por exemplo, terá dificuldades em se locomover em uma vegetação irregular, ou uma calçada repleta de árvores. Outro bom exemplo de iniciativa nesse sentido são os projetos que oferecem cadeiras de rodas.

A PROFISSÃO

Existem três classificações dentro da carreira de audiodescritor:

- Audiodescritor roteirista – profissional que elabora o roteiro da audiodescrição, com formação técnica adequada.
- Audiodescritor narrador – profissional que realiza a narração do roteiro da audiodescrição.
- Audiodescritor consultor – profissional que realiza a revisão e adequação do roteiro e da narração da audiodescrição com formação técnica adequada. Convém que seja um profissional com deficiência visual.

Suas principais atribuições pesquisar e analisar previamente o assunto a ser audiodescrito, adequando a terminologia e a linguagem, bem como todas as informações relativas à obra e pertinentes a audiodescrição para então elaborar o roteiro e, se necessário, a Nota Introdutória (no caso de espetáculos, cinemas e outras apresentações ao vivo).

A regulamentação da profissão do audiodescritor está prevista no Projeto de Lei nº 5.156 de 2013 (Dep. Fed. Eduardo Barbosa).

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) incluiu a profissão de audiodescritor na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2013.

ANEXO – LINKS PARA CONSULTAS

Cartilhas, diretrizes e normas

Reino Unido (ITC Guidance, 2000)

http://audiodescription.co.uk/uploads/general/itcguide_sds_audio_desc_word3.pdf

Link reduzido: <http://migre.me/whYWJ>

Espanha (UNE 153020, 2005).

Alemanha (Bayerischer Rundfunk) (2005-07)

www.sr.de/sr/home/der_sr/service/audio_description_guidelines100.html

Link reduzido: <http://migre.me/whYXL>

www.ndr.de/fernsehen/service/audiodeskription/Audio-description-guidelines,audiodeskription142.html

Link reduzido: <http://migre.me/whYYk>

www.euroconferences.info/proceedings/2007_Proceedings/2007_Benecke_Bernd.pdf

Link reduzido: <http://migre.me/whYYX>

Estados Unidos (Audio Description Coalition, 2008)

www.nps.gov/hfc/acquisition/pdf/audio-description/shared/attach-a.pdf

Link reduzido: <http://migre.me/whZ0r>

www.associadosdainclusao.com.br/enades2016/sites/all/themes/berry/documentos/12-uniao-em-prol-da-audio-descricao.pdf

Link reduzido: <http://migre.me/whZ0U>



ABERT: CARTILHA DE ACESSIBILIDADE (2014)

<http://www.abert.org.br/site/index.php/bibliotecas/2013-05-22-13-32-13/item/manual-recursos-de-acessibilidade-em-tv>

Link reduzido: <http://migre.me/whZ1N>

GUIA PARA PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS ACESSÍVEIS:

http://www.noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/Guia_para_Producoes_audiovisuais_Acessiveis___projeto_grafico_.pdf

Link reduzido: <http://migre.me/whZ2N>

ABNT NBR 15290:2016 – Acessibilidade em comunicação na televisão: revisa a norma de 2005 e a detalha na NBR 16452, disponível mediante compra em sites especializados. Link para compra: <http://abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=365121>

NOTA TÉCNICA Nº 21 / 2012 / MEC / SECADI:

http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1385029971nota_tecnica_21_mecdaisy.pdf

MECDAISY

<http://intervox.nce.ufrj.br/mecdaisy/>

FDNC

<https://www.fundacaodorina.org.br/nossa-atuacao/distribuicao-de-livros/formatos-acessiveis/livro-digital-daisy/>

DIAGRAM CENTER

<http://diagramcenter.org/>

Programas de TV e vídeos com audiodescrição

Hoje a internet é uma fonte substancial de material para pesquisa. Experimente jogar no Google ou no YouTube os termos “vídeos com audiodescrição” ou “curtas com audiodescrição”. Você vai se surpreender!

Para ficar por dentro dos programas de TV e das emissoras que disponibilizam a programação com AD, acesse: <http://www.midiace.com.br/index.php/programacao>

Comentários sobre Audiodescrição:

www.rbtv.com.br

www.audiodescriptioncoalition.com

www.vercompalavras.com.br

www.tramad.com.br

www.blogdaaudiodescricao.com.br



REFERÊNCIAS

“A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar”, Fasc. 3 – Os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira, publicada pelo MEC/SEESP, 2010. Acesso pelo link http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7106-fasciculo-3-pdf&Itemid=30192

Audio Description Coalition Standards for Audiodescription and Code of Professional Conduct for Describers. Audio Description Coalition, 2007-2009.

Audiodescrição: transformando imagens em palavras. Livia Maria Vilela de Mello Mota e Paulo Romeu Filho, Organizadores. São Paulo, SEDPD, 2010.

O que é deficiência visual. Disponível em <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/o-que-e-deficiencia/>. Acessado em setembro/2017.

“Relatório Mundial sobre deficiência / World Health Organization, The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. - São Paulo : SEDPcD, 2012. Acesso pelo link http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf

UNE153020. Audescription para personas com discapacidad visual. Requisitos para La audiodescription y elaboracion de audioguias. ONCE. Spain, Ediciones AENOR, 2005.



Fundação Dorina Nowill para Cegos
Rua. Dr. Diogo de Faria, 558 | CEP: 04037-001 - São Paulo - SP
Fone: (0xx11) 5087-0999 | Fax: (0xx11) 5087-0977
e-mail: info@fundacaodorina.org.br
site: www.fundacaodorina.org.br



FUNDAÇÃO
DORINA
NOWILL
PARA CEGOS



| Secretaria de Desenvolvimento Social